



Revista Contemporânea de Contabilidade

ISSN: 1807-1821

ISSN: 2175-8069

Universidade Federal de Santa Catarina

Peixe, Blênio Cezar Severo; da Rosa, Celso; Passos, Gabriela de Abreu

Governança pública e accountability: Uma análise bibliométrica
das publicações científicas nacionais e internacionais

Revista Contemporânea de Contabilidade, vol. 15, núm. 36, 2018, pp. 77-96
Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p77>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76262968004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

Governança pública e accountability: Uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais

Public governance and accountability: A bibliometric analysis of national and international scientific publications

Gobernanza pública y accountability: un análisis bibliométrico de las publicaciones científicas nacionales e internacionales

Blônio Cezar Severo Peixe

Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas (UFSC)

Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFPR

Endereço: Rua Urbano Lopes, 488, Cristo Rei

CEP: 80050-520 – Curitiba/PR – Brasil

E-mail: bleniocsp@gmail.com

Telefone: (41) 99967-2730

Celso da Rosa Filho

Doutorando em Contabilidade na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFPR

Endereço: Av. Pref. Lothário Meissner, 632, Campus III - Jardim Botânico

CEP: 80210-170 – Curitiba/PR – Brasil

E-mail: profdarosa@yahoo.com.br

Telefone: (41) 3360-4407

Gabriela de Abreu Passos

Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Endereço: Av. Pref. Lothário Meissner, 632, Campus III - Jardim Botânico

CEP: 80210-170 – Curitiba/PR – Brasil

E-mail: gabriela.abreu.passos@gmail.com

Telefone: (41) 3360-4362

Artigo recebido em 22/11/2016. Revisado por pares em 24/03/2018. Reformulado em 30/04/2018. Recomendado para publicação em 15/10/2018 por Carlos Eduardo Facin Lavarda (Editor-Chefe). Publicado em 19/12/2018.

Resumo

O objetivo deste estudo é investigar os artigos publicados sobre Governança Pública e *Accountability* no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas no período de 2005 a 2015. Para tanto, essa pesquisa é classificada como descritiva, exploratória, de análise bibliométrica qualitativa-quantitativa. Os resultados obtidos revelam que a pesquisa sobre o referido tema é escassa, pois de um total de 355 artigos relacionados a questão de pesquisa apenas 86 deles tratavam da temática, sendo desses 12 nacionais e 74 internacionais. Encontrando-se o maior volume de publicações nos anos de 2010, 2012 e 2013 com 13, 13 e 11 publicações respectivamente. Os achados desta pesquisa buscam contribuir com a área de Finanças Públicas, ao permitir a visualização do cenário existente sobre os temas pesquisados. No entanto, sugere-se novas pesquisas como forma de comparação de panoramas em outros espaços temporais, dado as limitações desta pesquisa.

Palavras chave: Governança pública; *Accountability*; Análise bibliométrica

Abstract

The aim of this study is to investigate the articles published on Public Governance and Accountability in the Public Sector national and international journals in the area of Public Finance from 2005 to 2015. This research outlined as descriptive, exploratory bibliometric analysis qualitatively quantitative. The results show that research on that subject is scarce, for 355 articles related to the research question only 86 of them dealt with the theme, and these 12 national and 74 international. Finding the largest volume of publications in the years 2010, 2012 and 2013 with 13, 13, 11 publications respectively. The findings of this research seek to contribute to the area of Public Finance, to allow viewing of the existing scenario on specific topics. However, it is suggested new research as a means of comparison panoramas on other timelines, given the limitations of this research.

Keywords: Public governance; *Accountability*; Bibliometric analysis

Resumen

El objetivo de este estudio es investigar los artículos publicados sobre la Gobernanza Pública y rendición de cuentas en el sector público en revistas nacionales e internacionales en el área de Finanzas Públicas de 2005 a 2015. Para tanto, esta investigación se clasifica como análisis bibliométrico, descriptivo, exploratorio, cualitativo y cuantitativo. Los resultados muestran que la investigación sobre el tema es escasa, de un total de 355 artículos relacionados con el problema de investigación solamente 86 de ellos se ocupó del tema, siendo 12 nacionales y 74 internacionales. El mayor volumen de publicaciones se encontró en los años 2010, 2012 y 2013 con 13, 13 y 11, respectivamente. Los resultados de esta investigación pretenden contribuir al área Hacienda Pública, para permitir la visualización del escenario existente sobre temas específicos. Sin embargo, se sugieren nuevas investigaciones como medio de comparación de panoramas en otras líneas de tiempo, dadas las limitaciones de esta investigación.

Palabras clave: Gobernanza pública; *Accountability*; Análisis bibliométrico

1 Introdução

A Governança Pública é discutida em torno de determinados pressupostos sobre elementos estruturais como: gestão, responsabilidade, *accountability* (prestações de contas), transparência e legalidade do setor público. Esses elementos são considerados necessários ao desenvolvimento das sociedades (segundo os modelos idealizados por organizações

internacionais como a Organização das Nações Unidas [ONU] e para a *Organization for European Cooperation and Development* [OECD]).

Deste modo, para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), os princípios básicos de governança corporativa são: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa. Assim, visto pela ótica da ciência política, a Governança Pública está associada a uma mudança de gestão política e trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais a autogestão nos campos social, econômico e político, como também para uma nova composição de formas de gestão (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Complementarmente, a governança ainda está associada a outros fatores relacionados com a tomada de decisões gerenciais, desempenho, controle, com direcionamento global para o órgão, e ainda, está relacionada com a necessidade de prestação de contas para seus controladores (VIANA, 2010).

A questão que intenta a pesquisa é a de investigar o perfil das pesquisas e verificar a evolução do tema Governança Pública e *Accountability* no Setor Público em periódicos nacionais e internacionais. Assim como principais objetivos será verificado (i) a evolução do tema; (ii) quais periódicos que se mais destacaram; (iii) quais as características das autorias; (iv) quais as abordagens metodológicas utilizadas, (v) quais as teorias utilizadas e as instituições mais produtivas.

O objetivo deste estudo é investigar os artigos publicados sobre Governança Pública e *Accountability* no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas no período de 2005 a 2015. A contribuição desse estudo representada a sistematização das características da Governança Pública e da *Accountability* nos últimos anos, assim como para a realização de pesquisas futuras por meio dos direcionamentos encontrados.

O artigo está estruturado em cinco seções, iniciando com a introdução do estudo. Na sequência aborda-se o referencial teórico, em seguida apresenta-se a metodologia da pesquisa, análise e discussão dos resultados, considerações finais e referências.

2 Referencial Teórico

Nesta abordagem teórica destaca-se as subseções Governança Pública, *Accountability* no Setor Público, Finanças Públicas e Bibliometria.

2.1 Governança Pública

A governança corporativa é um sistema composto por mecanismos e princípios que visam auxiliar a tomada de decisão das organizações, de forma a não interferir a autonomia das instituições (MARQUES, 2007). Para tanto, de acordo com Rossoni e Machado-da-Silva (2010), deve-se observar o contexto institucional ao qual a governança é aplicada, de forma a averiguar os elementos e práticas relacionados ao ambiente instituído. Dessa forma, a governança pública apresenta peculiaridades próprias desse setor, divergindo do aspecto privado (MARQUES, 2007).

De acordo com Kickert (1997) Governança tem um significado mais amplo do que o conceito de administração usual e limitação aos negócios privados com orientação para o mercado. Isto posto, para o mesmo autor, a Governança Pública está relacionada à legalidade e legitimidade das ações, mais que um rígido valor, em que a interação entre o contexto público e o social representa um papel crucial. Assim, a Governança Pública é um complexo de princípios e atividades envolvendo a gestão no setor público para a sociedade (VIANA, 2010).

Nesta perspectiva, a Governança Pública não é somente uma questão de aumento de efetividade, mas também de guardar a legalidade e legitimidade. Por exemplo, na Governança Pública é possível distinguir três diferentes padrões de valor: (1) O governo destinado a ser apoio e proposito, tendo em vista os valores da efetividade, eficiência, parcimônia e do desempenho. (2) Baseado nos princípios da justiça social, equidade, legitimidade e o próprio cumprimento do dever, estes dão suporte a honestidade e justiça, e (3) Padrão quanto a robustez e elasticidade, como fator dominante, ou seja, o governo deve ser: confiável, robusto, adaptado, seguro, confiante e capaz de sobreviver a catástrofes (KICKERT, 1997).

Para administrar as agências públicas, segundo Matias-Pereira (2010), os gestores devem adotar os valores e práticas de gestão desse setor, aumentando assim a eficácia, a eficiência, a ética e a competência - de forma a consolidar a instituição pública democrática. Com isso, torna o cidadão coprodutor e parceiro na gestão pública e da estruturação do Estado (JOHAMSOM, 2006; RONCONI, 2011), pois é ele que reivindica e espera uma boa governança corporativa de seus gestores (MARQUES, 2007), com passos fundamentais instituídos para tal objetivo.

Os passos fundamentais para se atingir uma efetiva governança corporativa segundo o *Australian National Audit Office* e de acordo com a literatura existente a respeito do tema são caracterizados em seis elementos essenciais, sendo três deles que se alinham as qualidades pessoais de todos na organização (liderança, integridade e compromisso) e os outros três elementos são produtos das estratégias, sistemas, políticas e processos estabelecidos (responsabilidade, integração e transparência) (BARRET, 2002).

Já na definição de Timmers (2000) a Governança Pública é considerada como a proteção ao interrelacionamento da administração, controle e supervisão, feita pela organização governamental, pela situação organizacional e pelas autoridades do governo. Assim, visam relacionar os objetivos políticos eficiente e eficaz para comunicar publicamente e providenciar uma prestação de contas para a sociedade (AHN, 2011).

Neste contexto, enfoca-se os princípios da eficiência, efetividade e transparência, como principais fatores que sustentam a Governança Pública (HWANG; AKDEDE, 2011). No mesmo entendimento Viana (2010) acrescenta, o primeiro é condizente com a gestão adequada dos recursos financeiros públicos pela responsabilidade corporativa e sustentabilidade fiscal, enquanto que o segundo seria a escolha mais adequada dos investimentos e serviços a serem executados, conforme as necessidades da população, com grau de qualidade nesses serviços. Por fim, o terceiro pertence a publicidade, ou seja, o *Accountability* de todos os Atos Administrativos e Gastos.

2.2 *Accountability* no Setor Público

Para Bernardes, Santos e Rover (2015) o termo *accountability* não apresenta uma tradução específica para o português, visto que engloba três termos: transparência, responsabilidade e prestação de contas, tornando-se fator importante no setor público para a implementação das políticas públicas e para a continuidade do Estado.

O termo *accountability* decorre do padrão de relacionamento entre governo e cidadão, estando o seu conceito pautado na relação de interesse do Estado e das necessidades do cidadão (MUTIGANDA, 2013). Dessa maneira, a administração pública e as ações governamentais, que envolvem esse vínculo devem estar alinhados à filosofia da *accountability* (VIANA, 2010). Welp, Urgell e Aibar (2007) dão ênfase a prestação de contas em um sistema burocrático e de democracia como forma necessária para uma boa gestão. O grau de *accountability* de uma burocracia precisa ser explicado pelas dimensões do macroambiente da administração pública:

a textura política e institucional da sociedade; os valores; os costumes tradicionais partilhados na cultura; a história; o desenvolvimento político na trajetória para tornar as burocracias responsáveis; a baixa contribuição dos diversos esforços de reformas da administração pública e a precariedade dos controles formais (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Segundo Souza *et al.*, (2013) a evolução de termos para a tradução de *accountability* precisa passar pela reversão do padrão de tutela que tem caracterizado o relacionamento entre governo e sociedade, necessitando de: (a) um despertar dos cidadãos brasileiros para exercer o controle político do governo; (b) uma remodelagem governamental tornando o governo / descentralizado e transparente ao cidadão; e (c) os valores tradicionais que apoiam o “formalismo burocrático” forem substituídos por valores sociais emergentes.

Pinho e Sacramento (2009) dando continuidade à pesquisa de Campos (1990), constatam que o significado de *accountability* envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas. Essas justificativas ratificam as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo. Os autores, Pinho e Sacramento (2009) discutem ainda, que o Brasil avançou na tradução de *accountability*; no entanto, ainda está longe de construir uma verdadeira cultura, uma vez que alguns termos tais como sociedade passiva, nepotismo, favoritismo, privilégios para alguns/poucos, faltos de participação da sociedade civil, autoritarismo, populismo, crise de credibilidade das instituições, principalmente o Congresso, o padrão casuístico dos partidos políticos, troca de votos por cargos públicos, etc.; não foram extintos da realidade brasileira, ainda, que tenham sofrido certas transformações.

Para Castro (2010) os regimes militares que predominaram no Brasil nos anos de 1964 com o Marechal Castelo Branco até 1985 e com o General Figueiredo denominados de “ Ditadura Militar ” não valorizavam e nem incentivavam métodos gerenciais e transparência dos atos praticados pelos agentes públicos, pela inexistência de rodízio pelo voto popular. Tais fatos, para Barbosa *et al.*, (2014) distanciaram o cidadão do governo. Desta forma, na área federal a sociedade se acostumou a ver divulgações de números sem nenhum compromisso com a verdade, o que gerou descrédito das autoridades, que falam o que bem entendem para uma plateia que não acredita no que eles dizem. No âmbito municipal a situação é pior, pois as gestões municipais não divulgam seus números e sequer possuem setor contábil organizado (CASTRO, 2010).

Face a esse contexto o processo democrático só se tornará estável quando o cidadão sentir confiança nas instituições e seus agentes públicos procurarem prestar contas àqueles que contribuem para a manutenção do Estado (BERNARDES; SANTOS; ROVER, 2015). Nesse sentido, espera-se que a filosofia de *accountability* seja implantada no Brasil para reforçar a democracia e valorizar as práticas de controle e de gerência na administração pública, em busca de resultados efetivos e de uma melhor qualidade da gestão pública (BOLÍVAR; GALERA, MUNÓZ, 2015).

Complementando, na visão de Angélico (2012) o conceito de *accountability* caminha para se solidificar na ideia de dupla face “responsividade” (*answerability*) – “responsabilização com possibilidade de sanção” (*enforcement*), sendo que a face da “responsividade” envolve informação e justificativa. No atual estágio de tradução do termo *accountability*, seria um processo diluído no tempo, que se inicia com a prestação de contas (*answerability*) e se encerra na posterior possibilidade de sanção (*enforcement*). Entretanto, Asenova e Beck (2010) pontuam que toda tomada de decisão governamental deve estar embasada na *accountability*, devendo ir além da prestação de contas, como forma a consolidar o processo.

2.3 Finanças Públicas

As Finanças Públicas pertencem a parte das ciências econômicas em que se destina a observação das questões de ordem financeira no setor público, servindo como base para a administração dos recursos e ainda, como direcionador para práticas eficazes que levem a eficiência das ações do Estado (MUSGRAVE, 1976).

Além de questões econômicas, os estudos referentes as Finanças Públicas estão alinhadas a Economia Política, visto a necessidade de interação entre o Estado e os indivíduos e esses entre si, para que sejam estabelecidas as prioridades e as maneiras pelas quais o desenvolvimento social, os desejos e as necessidades serão atendidos (MATIAS-PEREIRA, 2012). Sob essa vertente, de acordo com Winer e Hettich (2006), a Economia Política das Finanças Públicas preocupa-se, principalmente, com as características das atividades públicas e de financiamento, as quais associadas levam a uma interpretação restrita no contexto da separação entre o público e privado; a dimensão do Governo; os custos do sistema fiscal e tributário; e os instrumentos políticos disponíveis.

Segundo Giambiagi e Além (2011), dentro das Finanças Públicas, cabe ao Estado a gerencia da arrecadação de recursos e dos seus gastos de maneira que as necessidades da população sejam atendidas e ainda, objetivando a continuidade de tal. Para os autores, esses propósitos recaem sobre o motivo da existência do Governo – orientar, corrigir e complementar o mercado que, de forma isoladamente, não seria capaz de desempenhar a totalidade das funções econômicas. Sendo que a sua maior utilidade incide sobre o processo do planejamento na esfera pública.

Nos últimos anos, tem-se discutido mundialmente sobre as necessidades da gestão das finanças (BOLÍVAR; PÉREZ; HERNÁNDEZ, 2007). Porém, um ponto importante a ser observado é a legislação vigente, que afeta a administração dos recursos financeiros e embasa toda a teoria (ABUSHAMSIEH; LÓPEZ-HERNÁNDEZ; ORTIZ-RODRÍGUEZ, 2014). No caso brasileiro, a legislação apresenta diversas normativas relativo às Finanças Públicas, encontrando-se aspectos importantes como: planejamento, controle, responsabilidade, transparência e prestação de contas (BERNARDES; SANTOS; ROVER, 2015).

Cabe ressaltar, que as Finanças Públicas interferem em diversas partes do ramo público e, dentre elas está a governança. Porém, ambos são moldados a partir das características dos Governos locais que influenciam a gestão e direcionam para a eficiência ou ineficiência das políticas públicas e de alocação de recursos (AGOSTINI; BROWN; GÓNGORA, 2010). A ligação entre esses dois prospectos transpassa para uma relação de dependência, uma vez que as ações oriundas das estruturas de governança, apenas irão se concretizar caso seja observado as questões referentes aos recursos disponíveis (MORAN; PORTER, 2014).

2.4 Bibliometria

Por meio da análise de bases de dados a bibliometria proporciona deduzir quais são as tendências de pesquisas e publicações científicas, os temas que são mais estudados, autores e instituições que abordam o assunto, dessa forma a análise bibliométrica é uma técnica para o mapeamento dos principais autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema (FERENHOF *et al.*, 2014). Para Macias-Chapula (1998, p.134), a bibliometria é “o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada”. Assim, Guedes e Borschiver (2005) relatam que a academia científica que compõe uma determinada área do conhecimento pode fazer uso desta técnica para elaborar indicadores que traduzam a sua produtividade e comunicação, os quais podem ser utilizados como planejamento, além de

gerir e avaliar as áreas de ciência e tecnologia em que atuam.

A bibliometria possui várias leis e princípios, dentre os quais se destacam três leis, a saber: lei de *Lotka*; de *Bradford*; e de *Zipf* (ENSSILN *et al.*, 2014). A lei de *Lotka*, mede a produtividade dos autores. Enquanto a lei de *Bradford* busca medir a produção acadêmica das revistas científicas. E por fim, a lei de *Zipf* calcula a frequência das palavras chave em textos (FAVORETO; AMÂNCIO-VIEIRA; SHIMADA, 2014).

Nesse entendimento, a bibliometria é uma técnica que estuda as características quantitativas das produções acadêmicas por meio de técnicas matemáticas e/ou estatísticas no intuito de analisar a disseminação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006). Assim por meio do exame de revistas, livros, artigos, documentos, entre outros, é aceitável criar medidas, padrões e modelos para auxiliar a construção de previsões sobre a produção científica de determinada área.

Os indicadores de desempenho bibliométricos adquiridos pela análise da produção científica são úteis para evidenciar aspectos de determinados campos da ciência como o seu crescimento, evolução, envelhecimento, produtividade, colaboração, impacto, visibilidade e fontes de disseminação e suas relações (SAES, 2000; LEITE FILHO, 2006). Tais aspectos são relevantes, porque permitem uma análise crítica e reflexões sobre as produções de uma área e seus respectivos avanços, mas também possibilita captar ideias relevantes e temas a serem pesquisados (CHOW; HARRISON, 2002).

Ademais, utilizando a Lógica *Booleana* de pesquisa, criada pelo matemático George Boole (1815-1864) (BROADBENT, 1964), a qual as palavras-chave são ligadas por meio de conectivos “*and*” e “*or*”. O uso dessa estratégia dos conectores permite explicar a existência de muitos ou poucos trabalhos encontrados. Dessa forma, ao utilizar o “*and*” na ligação das palavras-chave, a ação de pesquisa é restritiva, pois a busca encontrará trabalhos quanto existirem juntas as palavras-chave conectadas pelo “*and*”. Quanto utilizar o “*or*” na ligação das palavras-chave, a ação da busca é aberta, pois a pesquisa encontrará trabalhos que tenham pelo menos uma das palavras-chave conectadas pelo “*or*”. Neste sentido, a escolha de conectores faz parte da estratégia de pesquisa (TREINTA, *et al.*, 2014).

3 Procedimentos Metodológicos

A abordagem metodológica dessa pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva (GIL, 2017). Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, uma vez que tem a pretensão de verificar por meio da análise bibliométrica, como está caracterizada a produção científica sobre Governança Pública e *Accountability*, no Setor Público em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas no período de 2005 a 2015. Esse estudo combina métodos qualitativos e quantitativos, podendo ser classificado como método misto (TASCA *et al.*, 2010).

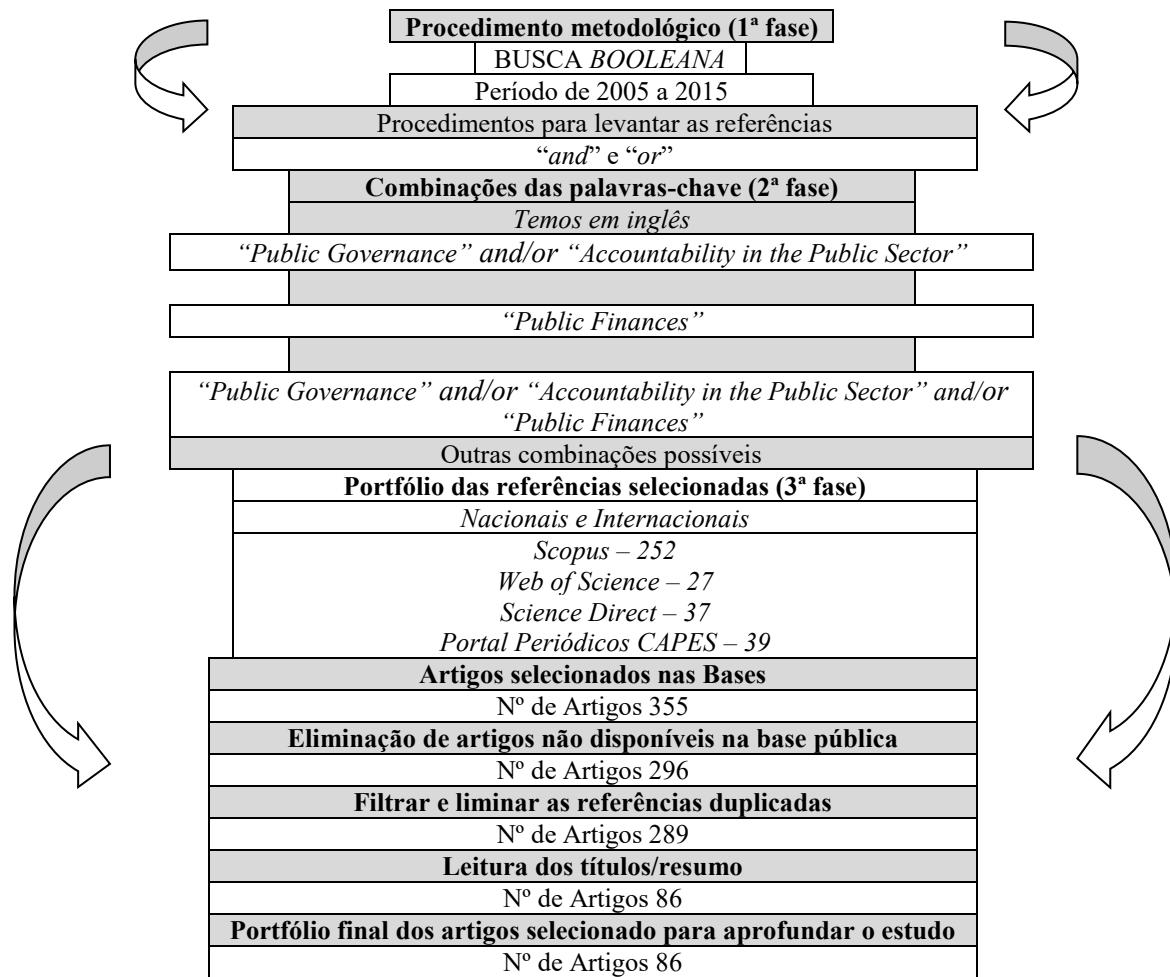
Aplica-se as três leis da bibliometria – lei de *Lotka*; de *Bradford*; e de *Zipf* (ENSSILN *et al.*, 2014), as quais mensuram a produtividade dos autores, medem a produção acadêmica das revistas científicas e calculam a frequência das palavras chave (FAVORETO; AMÂNCIO-VIEIRA; SHIMADA, 2014).

Como ferramenta de levantamento, tratamento e análise dos dados, utiliza-se a bibliometria que é uma técnica para o mapeamento dos principais autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema (FERENHOF *et al.*, 2014). Essa técnica é uma ferramenta apoiada em base teórica reconhecida cientificamente que possibilita o uso de métodos estatísticos e matemáticos para mapear informações a partir de registros bibliográficos de documentos armazenados em bases de dados (MALDONADO; SILVA SANTOS;

SANTOS, 2010).

As bases de dados selecionadas como critério de pesquisa foram: *Scopus*, *Science Direct* e Portal de Periódicos CAPES. Por meio do acesso a essas bases de dados encontrou-se 355 artigos relacionados a temática de escopo com o uso das palavras-chave, como pode ser verificado na demonstração do processo de seleção dos artigos representado na Figura 1.

Figura 1 - Composição da Amostra de Periódicos Nacionais e Internacionais



Fonte: Dados da pesquisa.

Na coleta dos dados, os procedimentos foram divididos em três fases a partir da busca dos termos (palavras-chave) *Public Governance* e *Accountability in the Public Sector* na área de Finanças Públicas. A primeira fase, a busca *Booleana*, compreendeu em determinar o período de busca que foi de 2005 a 2015; a segunda foi utilizar a lógica *Booleana* de pesquisa, que foram ligadas com os conectivos “and” e “or” para combinar as palavras-chave em inglês “*Public Governance*” and/or “*Accountability in the Public Sector*”, “*Public Finances*” e “*Public Governance*” and/or “*Accountability in the Public Sector*” and/or “*Public Finances*”, e suas respectivas traduções para o português; e a terceira foi a formação de um portfólio de artigos (TREINTA, et al., 2014).

A proposta de analisar a produção nacional e internacional sobre o tema foi escolhida a partir da amostra de periódicos relevantes. A relevância dos periódicos nacionais foi dada pela classificação desses na lista *Qualis*, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Nível Superior (CAPES), órgão responsável pelo reconhecimento e avaliação da qualidade dos cursos de

pós-graduação no país, bem como pela classificação de periódicos nacionais e internacionais de produção científica (CAPES, 2014).

Ressalta-se a escolha dos periódicos classificados A1, A2, B1, B2 e B3 pelo *Qualis* das Áreas de Administração, Contabilidade e Economia. Esses representam os estratos superiores de avaliação. Dentre os periódicos evidenciados foram selecionados 4. Para seleção dos artigos foi pesquisado no título, no resumo e nas palavras-chave de cada artigo os seguintes termos não simultaneamente: *Public Governance, Accountability in the Public Sector* na área de Finanças Públicas. Desta forma, chegou-se à relação contemplada na Tabela 1 a 12 artigos pertencentes a 4 periódicos brasileiros, sendo excluídos 5 artigos por apresentarem divergência do objetivo da pesquisa.

Tabela 1 - Composição da Amostra de Periódicos Nacionais

Periódicos Nacionais	Quantidade	Qualis
Revista de Administração Contemporânea	1	A2
Revista de Administração Pública	9	A2
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	1	B3
Revista Emancipação	1	B2
TOTAL	12	

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a seleção dos periódicos internacionais a relevância foi o seu fator de impacto, tendo por finalidade o de auxiliar a avaliação de periódicos, ao comparar o desempenho de uma revista em relação a outras pertencentes a mesma área do conhecimento (LOPES; CARVALHO, 2012). As mais prestigiadas revistas científicas da área de contabilidade a nível internacional são as incluídas no *Social Sciences Citation Index (SSCI)* ou *Journal Citation Reports (JCR)*, uma base de dados elaborada pela *Thomson Reuters* ou *Web Of Science*, sendo essa base de onde foram retirados os fatores de impacto deste estudo. Ainda, este índice acompanha as citações dos artigos publicados dentre as revistas científicas existentes em todo o mundo, de diversas áreas e considera que o número de citações reflete o impacto ou influência do artigo (KURAMOTO, 2006; STREHL, 2006).

Os vinte e quatro periódicos internacionais que foram selecionados por apresentar fator de impacto, representam dessa forma que os autores que publicam nestes e que servem como formadores de opinião, em pesquisas na temática de Finanças Públicas. Desta forma, chegou-se à relação contemplada na Tabela 2.

Após a escolha dos artigos, esses foram analisados pelos autores e com base na leitura foram categorizados por dados relevantes para os propósitos da pesquisa. O banco de dados foi elaborado com os itens: título do artigo, ano de publicação, nome do periódico, palavras-chave, objetivo, metodologia, principal ideia, teoria utilizada, principais resultados, quantidade de autores e quais referências utilizadas.

Tabela 2 - Composição da Amostra de Periódicos Internacionais

Periódicos Internacionais	Quantidade	Impact Factor
<i>ABACUS</i>	1	0,840
<i>Accounting, Auditing & Accountability Journal</i>	1	1,188
<i>Administration & Society</i>	2	0,687
<i>American Journal of Evaluation</i>	1	1,804
<i>Australian Journal of Public Administration</i>	2	0,416
<i>Cities</i>	1	1,728
<i>Critical Perspectives on Accounting</i>	10	1,267
<i>Environmental Management</i>	2	1,724
<i>Environmental Policy and Governance</i>	1	1,614

Tabela 2 - Composição da Amostra de Periódicos Internacionais

Periódicos Internacionais	Quantidade	Impact Factor
<i>European Journal of Law and Economics,</i>	1	0,225
<i>Expert Systems with Applications</i>	1	2,240
<i>Government Information Quarterly</i>	6	2,321
<i>Group Decision and Negotiation</i>	1	2,120
<i>Health Policy</i>	1	1,907
<i>International Review of Administrative Sciences</i>	3	0,658
<i>Journal of Policy Modeling</i>	1	0,737
<i>Journal of Public Administration Research and Theory</i>	1	2,833
<i>Public Administration</i>	5	1,518
<i>Public Money & Management</i>	1	0,537
<i>Public Organization Review</i>	4	3,277
<i>Systems Research and Behavioral Science</i>	1	0,474
<i>The American Review of Public Administration</i>	25	1,371
<i>The Economic Journal</i>	1	2,336
<i>The Social Science Journal</i>	1	0,606
TOTAL	74	

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses dados permitiram as respostas das questões, cujos resultados serão apresentados como: Qual a evolução do tema? Quais periódicos que se destacam? Quais as características da autoria? Quais as abordagens metodológicas utilizadas? Qual é a teoria utilizada e as instituições mais produtivas?

4. Análise e Discussão dos Resultados

Para análise de dados dos 74 artigos, submeteu-se as seguintes classificações: (1) Número de publicações/ano; (2) Classificados por temas relacionados ao Setor Público; (3) Características de autoria; (4) Instituições mais produtivas; (5) Tipologias da pesquisa quanto aos objetivos; (6) Tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos; (7) Instrumento de Coleta de dados; (8) Tipologia da pesquisa quanto à abordagem metodológica; (9) Tipo de análise dos dados; (10) Classificação das referências; (11) Classificação quanto ao tipo de teoria utilizada, conforme demonstrado a seguir.

4.1 Número de Publicações por Ano

A Tabela 3 apresenta a quantidade de artigos analisados por ano de publicação conforme os critérios de seleção já expostos na seção 3.

Tabela 3 - Números de Publicações

Anos	Quantidade	%
2005	7	8,14
2006	3	3,49
2007	9	10,47
2008	5	5,81
2009	6	6,98
2010	13	15,12
2011	8	9,30
2012	13	15,12
2013	11	12,79
2014	5	5,81
2015	6	6,98
TOTAL	86	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme leitura da Tabela 3 constata-se que as publicações a respeito de Governança Pública e *Accountability* tiveram maior ênfase nos anos de 2010, 2012 e 2013. O maior número de artigo, acerca da temática encontra-se publicada nos anos de 2010 a 2013 com 13, 8, 13 e 11 publicações.

Com base na percepção de poucos estudos sobre os dois temas, pode-se auferir algumas suposições dos motivos que levaram a esse resultado. O primeiro deles, refere-se à motivação para a realização das pesquisas na área. Como o interesse pelo funcionamento da máquina pública pode ser considerado novo, especialmente no aspecto brasileiro, haveria uma relutância por parte dos pesquisadores de realizar investigações sobre o setor, principalmente os que já possuem suas linhas de pesquisas definidas e não abarcam as perspectivas públicas.

A segunda suposição recai sobre a complexidade de entendimento das vertentes dentro das Finanças Públicas. O Brasil contém várias normativas que regulam e instituem a maneira do seu funcionamento (BERNARDES; SANTOS; ROVER, 2015), assim como ocorre no âmbito internacional. Dessa forma, devido à dificuldade existente para a compreensão do seu desenvolvimento, pode existir uma desmotivação para as soluções de problemas constatados na parte financeira da esfera pública.

Já a terceira, alude a importância dada pelos editores de revistas sobre o tema. De acordo com Bryant e Oliver (2009) o corpo editorial de cada periódico define, de maneira intencional, a forma e os conteúdos que são publicados. Assim, além do pouco interesse por parte dos pesquisadores, os editores também podem seguir por esse caminho ou o de não visualizar a relevância da área de Finanças Públicas para que sejam aceitos e publicados estudos com esse escopo.

4.2 Classificados por Temas Relacionados ao Setor Público

A classificação dos artigos por temas relacionados ao Setor Público é apresentada na Tabela 4, conforme os critérios relacionados ao Setor Público.

Tabela 4 - Principais Temas

Temas	Quantidade	%
<i>Accountability</i>	11	13
Finanças Públicas	18	21
Governança Pública	28	33
Nova Governança Pública	14	16
Transparência Pública	12	14
Outros	3	3
TOTAL	86	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Destacam-se na Tabela 4, os principais temas relacionados ao Setor Público com mais de 2 trabalhos publicados. Na área de Governança Pública teve 28 trabalhos. Na sequência, destaca-se Finanças Públicas com 18 trabalhos, Nova Governança Pública com 14 e a Transparência Pública com 12 trabalhos e *Accountability* no Setor Público teve 11 trabalhos. Outros estudos incluem as áreas: Auditoria Pública, Desenvolvimento Econômico e Metagovernança, apresentou 1 trabalho.

4.3 Atores Mais Produtivos e Filiação

Na Tabela 5, os oito autores mais prolíficos, dentre os 86 artigos analisados da temática do Setor Público. Nestes, observou-se a participação de 185 pesquisadores de diferentes

filiações. Exibindo, ainda na tabela 5, o seguimento (público/privado) que a filiação dos autores apresenta.

Tabela 5 - Os Autores Mais Produtivos

Autores	Filiação	Seguimento	Artigos
Manuel Pedro Rodríguez Bolívar	<i>University of Granada</i>	Privada	3
Andrés Navarro Galera	<i>University of Granada</i>	Privada	2
Art Shulman	<i>Griffith University</i>	Privada	2
Chad B. Newswander	<i>Virginia Tech</i>	Privada	2
Chew Ng	<i>Griffith University</i>	Privada	2
James L. Perry	<i>Indiana University and Yonsei University</i>	Privada	2
Jenny Stewart	<i>Griffith University</i>	Privada	2
Vinícius Costa da Silva Zonatto	<i>Universidade Regional de Blumenau</i>	Pública	2

Fonte: Dados da pesquisa

Constatou-se que 1 autor evidenciado na Tabela 5 produziu 3 artigos e 7 autores produziram 2 artigos cada um e os demais produziram apenas um artigo, dentre as 86 publicações.

Complementarmente, menciona-se que foi constatado três autores da mesma instituição, a *Griffith University*, e dois autores da *University of Granada* e apenas um da Universidade Regional de Blumenau, sendo eles: Art Shulman, Chew Ng, Jenny Stewart, Manuel Pedro Rodríguez Bolívar, Andrés Navarro Galera e Vinícius Costa da Silva Zonatto. Com isso, ressalta-se apenas um autor nacional dentre os internacionais.

Dentre os seguimentos que as filiações dos autores mais produtivos apresentam, analisou-se que uma instituição pertence ao segmento público, oferecendo seu ensino de forma gratuita. As outras instituições pertencem ao seguimento privado, no entanto examinou-se que essas oferecem formas de financiamento dos estudos, de forma a facilitar o acesso de seu ensino – o que geraria uma maior facilidade no ingresso de pesquisadores nos núcleos de pesquisas dessas instituições, levando a uma maior produção científica.

4.4 Tipologias da pesquisa quanto aos objetivos

Os 86 artigos analisados foram distribuídos em relação às metodologias, dentre elas, o tipo de estudo quanto aos objetivos. As categorias de pesquisa, a tipologia descritiva corresponde a 29 artigos, ou seja, 33,72% do total. Já as classificadas como exploratórias, representam o delineamento predominante dos trabalhos, concentrando 56 estudos 65,12%. Por fim, houve apenas uma identificação da tipologia experimental, o que corresponde a 1,16%.

O porquê do maior número das obras científicas serem exploratórias, pode recair sobre a funcionalidade dessa delimitação. Os estudos exploratórios auxiliam o pesquisador quando o problema de pesquisa e quando os procedimentos não são claros; são geralmente mais baratos e a sua utilização não demanda grandes períodos de tempo; e ajudam na análise de áreas novas e pouco investigadas (COOPER; SCHINDLER, 2016). Assim, por deter várias utilidades, interpreta-se que esses sejam os motivos que levam a essa frequência maior.

4.5 Tipologias de Pesquisa Quanto aos Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados pelos estudos analisados, observou-se o seguinte: 24 artigos (27,91%) condizem com a tipologia de estudo de caso; 20 (23,26%) com o levantamento/survey; 4 (4,65%) com a bibliográfica/documental; 9 (10,47%)

com o documental; 1 com o experimental; e 28 (32,56%) com o bibliográfico. Sendo que, essa última classificação revela-se como predominante dentre os trabalhos, seguido pelo estudo de caso e pesquisas intituladas como levantamento/*survey*.

Adicionalmente, os artigos examinados foram agrupados a partir dos instrumentos de coleta de dados utilizados nessas pesquisas. O maior percentual situa-se na aplicação de objetos puramente documentais, tendo uma representatividade de 68,60%. Em segundo lugar, as pesquisas que empregaram questionários para o levantamento de dados, com 17 trabalhos (19,77%). Por outro lado, contendo menor frequência estão: o uso de observação com 6 estudos (6,98%); entrevistas com 3 investigações (3,49%); e um com a combinação da verificação por meio de observação e documentos (1,16%).

A maioria das obras analisadas configura-se como pesquisas com estratégias metodológicas tradicionais, conforme denominado por Martins e Theóphilo (2016), uma vez que a coleta de dados foi realizada após a definição do tema de pesquisa, do referencial teórico e da abordagem metodológica. No entanto, ressaltam-se os trabalhos separados como estudo de caso que adentram na classificação de investigações não tradicionais, onde a coleta das informações pode ocorrer concomitantemente com outras etapas de pesquisa.

Dessa forma, pode-se aferir que sob o escopo dos procedimentos de pesquisa, a produção científica sobre Governança Pública e *Accountability* no Setor Público, na área de Finanças Públicas, seguem a vertente tradicional das estratégias metodológicas. Porém, apesar de dominante, há abertura para estudos não tradicionais. Nos artigos analisados, apenas houve a ocorrência de pesquisas de estudo de caso, mas que também poderiam ser expandidas para pesquisas-ação, por exemplo.

Com base no exposto e na averiguação realizada, pode-se perceber que há uma relação entre a tipologia de pesquisa quanto aos procedimentos metodológicos e os instrumentos de coleta de dados. Isto é, a escolha pelo pesquisador do procedimento metodológico que será utilizado na sua apuração dos fatos, poderá, na maioria dos casos, determinar qual a forma que as informações serão recolhidas. Essa assimilação confirma a mesma relação já apresentado por Cooper e Schindler (2016), todavia, agora, de forma prática dentro de uma pesquisa bibliográfica.

4.6 Tipologias da Pesquisa Quanto à Abordagem Metodológica

Com o propósito de elencar as abordagens metodológicas utilizadas pelas obras analisadas, separou-se três tipologias. A primeira delas e mais representativa, é a abordagem qualitativa, com 53 trabalhos (61,63%). A segunda corresponde o tratamento quantitativo, com 25 artigos (29,07%). Por último, a terceira, representa o método quantitativo-qualitativo – conhecido também como método misto –, com 8 pesquisas (9,30%).

Dentre os artigos estudados, observa-se uma não similaridade quanto às abordagens qualitativa, quantitativa e qualitativa-quantitativa. A maioria dos artigos optou pelo método qualitativo. Mesmo havendo limitações nos estudos qualitativos, as vantagens dessa abordagem podem ser entendidas como os meios para responder à problemas de pesquisa que buscam entender como e o porquê determinados fatos ocorrem, compreender a sua origem e extrair sentido dos dados obtidos (CRESWELL, 2007).

Como pode ser visto, existem poucos estudos sobre governança pública e *accountability* dentro das Finanças Públicas. Dessa maneira, entende-se que há um campo de pesquisa a qual ainda está em processo de descoberta e que novas investigações têm demonstrado interesse sob essa área, porém ainda é recente essa atenção. O fato de ser um ramo não tão explorado, pode ser considerado como um direcionador para que pesquisadores preferissem a abordagem

qualitativa, posto que esse tratamento retornaria respostas mais consistentes e concisas com as suas questões de pesquisa.

4.7 Tipologias Quanto a Análise dos Dados

Elencaram-se as pesquisas coletadas pelo tipo de análises dos dados utilizados nos artigos. Dentre esses, prevalece a abordagem descritiva, com 40 trabalhos (46,51%), e a análise de conteúdo, com 32 artigos (37,21%). Com uma frequência menor, estão as investigações que aplicaram a análise documental, ou seja, 14 artigos (16,28%).

Além disso, com o propósito de consolidar os achados metodológicos da pesquisa dos artigos estudados e destacar a maior ocorrência encontrada, apresenta-se a seguir a Tabela 6.

Tabela 6 - Consolidação dos achados metodológicos da pesquisa dos artigos estudados

Categorias analisadas	Subcategorias	Participação dos artigos / Total
		Quantidade
Tipologias da pesquisa quanto aos objetivos	Descritiva	29/86
	Exploratória	56/86
	Experimental	1/86
Tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos	Estudo de Caso	24/86
	Levantamento/ <i>Survey</i>	20/86
	Bibliográfica	28/86
	Bibliográfica/Documental	4/86
	Documental	9/86
Instrumentos de coleta de dados	Experimental	1/86
	Documental	59/86
	Documental e Observação	1/86
	Entrevistas	3/86
	Observação	6/86
Tipologias da pesquisa quanto à abordagem do problema	Questionários	17/86
	Qualitativa	53/86
	Quantitativa	25/86
Análise dos dados	Quantitativa-qualitativa	8/86
	Análise de Conteúdo	32/86
	Análise Descritiva	40/86
	Análise Documental	14/86

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que os achados metodológicos destacados na Tabela 6, revelam a predominância da pesquisa exploratória, adotando o instrumento de coleta de dados por meio de documentação e a análise descritiva de dados. Ademais, a maioria das pesquisas quanto a abordagem do problema foi a qualitativa.

Observa-se que a maior incidência são estudos exploratórios e os procedimentos são embasados pela bibliografia utilizada. Porém, constata-se que os instrumentos de coletas de dados utilizados no estudo não são questionários. Os estudos demonstraram que os dados, na sua maioria das vezes, foram coletados por meio de documentos, apresentando uma análise qualitativa na sua maioria.

4.8 Classificação das Referências

Com o intuito de classificar as referências dos artigos estudados, a citar: livros, legislação, teses/dissertações, anais, periódicos/jornais e outros; tanto nacionais quanto internacionais, elaborou-se a Tabela 7.

Tabela 7 - Classificação das Referências Dos Artigos por Tipo de Documento

	Tipo de documento referenciado	Referências			
		Nacionais	(%)	Internacionais	(%)
Artigos Nacionais	Livros	120	43,79	41	24,12
	Legislação	52	18,98	6	3,52
	Teses/Dissertações	19	6,92	1	0,59
	Anais	11	4,01	12	7,05
	Periódicos/Jornais	53	19,35	96	56,48
	Sites e Outros	19	6,94	14	8,23
	Total	274	100,00	170	100,00
Artigos Internacionais	Livros	0	-	1.822	40,58
	Legislação	0	-	71	1,59
	Teses/Dissertações	0	-	14	0,32
	Anais	1	50,00	92	2,06
	Periódicos/Jornais	0	-	2.230	49,67
	Sites e Outros	1	50,00	259	5,78
	Total	2	100,00	4.491	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A partir das referências dos artigos do portfólio nacional apresentados na Tabela 7, é possível identificar 274 nacionais e 170 internacionais, totalizando 444 referências distribuídas em 12 artigos analisados. Os livros representam o tipo mais adotado pelos artigos nacionais, com 120 ocorrências, e em relação a procedência das referências dos livros são em sua maioria nacionais com cerca de 43,79% do total, em contraposição a 24,12% de origem internacional. Para a Legislação 13,06%, observa-se 58 ocorrências, sendo em sua totalidade evidenciadas nacionalmente. Para os periódicos/jornais, acontece o inverso, sendo em sua maioria referências internacionais, com 56,48% do total de 96, seguidos por 19,35% das referências brasileiras do total de 149. Ainda, no âmbito nacional, seguem as referências procedentes de Anais, Teses/dissertações e outras de acordo com as suas representatividades de ocorrência. Ressalta-se que no item “outros”, observou-se a busca de informações em sites, relatórios de pesquisa e comunicados.

Para os artigos do portfólio internacional, os periódicos/jornais representam o tipo mais adotado pelos pesquisadores, com 2.230 ocorrências, e em relação a procedência das referências dos livros são em sua totalidade internacional. Os livros, observa-se que há 1.822 ocorrências, sendo em sua totalidade evidenciadas internacionalmente. Na sequência, seguem as referências procedentes de Legislação, Anais, Teses/Dissertações e outras de acordo com as suas representatividades de ocorrências internacionais. Salienta-se que no item “outros”, observou-se a busca de informações em sites, relatórios de pesquisa e comunicados.

Complementarmente, considerando todos os artigos do portfólio identificou-se que, o máximo de referências utilizadas em um único artigo foi 166 e o mínimo foram 9. Ademais, calculou-se também a média de referências apresentadas por artigos que foi de 57.

5 Considerações Finais

Esse trabalho teve por objetivo investigar os artigos publicados sobre Governança Pública e *Accountability* no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas. Para tanto, delimitou-se o espaço temporal de 2005 a 2015 para a coleta de dados. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, classificaram-se as pesquisas por número de publicações por ano; por temas relacionados ao Setor Público; características de autoria; tipo

de teoria utilizada; com um enfoque nas subdivisões nos procedimentos metodológicos.

Após o tratamento dos artigos coletados, obteve-se 86 estudos que foram utilizados no trabalho, sendo em sua maioria, publicações internacionais. Apesar de um número reduzido de trabalhos, constatou-se que esses seguem uma tendência quanto as metodologias utilizadas. Não há uma abordagem exclusiva – o que garante que tratamentos diferenciados possam surgir –, porém as obversadas detém uma frequência relevante.

Existem diversos motivos que movem os pesquisadores a utilizar algumas das tipologias metodológicas em específico, como: facilidade na utilização; economia de tempo; baixo custo; auxílio na condução de pesquisas não tão bem definidas; o viés epistemológico; entre outros. Porém, esses motivos são puramente teóricos e para que seja verificado os reais motivos, novos estudos devem ser realizados, mas agora, ouvindo as motivações dos pesquisadores.

A limitação principal da pesquisa se refere ao fato de que os resultados não podem ser generalizados, ou seja, restringem-se aos artigos analisados dentro do portfólio discutido na seção 3, embora ao longo do tempo possam surgir contribuições para formar estudos referentes à Governança Pública e *Accountability* no Setor Público. Outra limitação é quanto a utilização do *constructo* teórico, que divergem conceitualmente, visto que outro pesquisador pode utilizar termos e elementos não convergente com os utilizados neste estudo.

Sugere-se novas pesquisas entendendo o levantamento para outros veículos de publicação científica em periódicos nacionais e internacionais. Considerando o espaço temporal do campo do conhecimento observado, por meio de achados, para gerar novos conhecimentos na área das Finanças Públicas, permitindo a comparação com cenários que poderão elucidar novas lacunas teóricas de pesquisa.

Além disso, recomenda-se que novas pesquisas, tanto na área de Finanças Públicas, quanto em outras áreas, utilizem-se de diferentes métodos, procedimentos, abordagens metodológicas e de coleta de dados; de maneira que se evolua o conhecimento. Isso porque, entende-se que estudos muito similares – o que é observado hoje em dia – não contribuem efetivamente para a esfera científica. Esse diferencial dentro dos métodos de pesquisa pode levar a resultados e entendimentos diferentes, mesmo com objetivos de pesquisa análogos e assim, gerar uma discussão acadêmica sobre determinado tema ou acontecimento. O resultado disso é a lapidação dos domínios da ciência.

Referências

- ABUSHAMSIEH, K.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A. M.; ORTIZ-RODRÍGUEZ, D. The Development of Public Accounting Transparency in Selected Arab Countries. **International Review of Administrative Sciences**, v. 80, n.2, p. 421-442, 2014. DOI: 10.1177/0020852313514522
- AGOSTINI; C. A.; BROWN, P. H.; GÓNGORA, D. P. Public Finance, Governance, and Cash Transfers in Alleviating Poverty and Inequality in Chile. **Public Budgeting & Finance**, v. 30, n. 2, p.1-23, 2010. DOI: 10.1111/j.1540-5850.2010.00954.x
- AHN, M. J. Adoption of e-communication applications in US municipalities: The role of political environment, bureaucratic structure, and the nature of applications. **The American Review of Public Administration**, v. 41, n. 4, p. 428-452, 2011. DOI: 10.1177/0275074010377654
- ANGÉLICO, F. **Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil**. 2012. 133p. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n.1, p. 11-32, 2006.

ASENOVA, D.; BECK, M. Crucial silences: when accountability met PFI and finance capital. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, n.1, p. 1-13, 2010. DOI: 10.1016/j.cpa.2008.09.009

BARBOSA, J. L. R.; LUNA, C. M.; SOUZA, G.; MANTOVANI, P. D. R. Finanças Públicas: Estudo sobre a LRF no Município de Mauá. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 5, n. 1, p. 719-742, 2014. DOI: 10.15603/2177-7284/regs.v5n1p719-742

BARRETT, P. Achieving better practice corporate governance in the public sector. **Australian National Audit Office**. International Quality & Productivity Centre Seminar. AM Auditor General for Austrália. 2005. Disponível em: <<http://www.anao.gov.au>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BERNARDES, M. B.; SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Ranking das Prefeituras da Região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 761-792, 2015. DOI: 10.1590/0034-7612119279

BOLÍVAR, M. P. R.; GALERA, A. N.; MUÑOZ, L. A. Governance, transparency and accountability: An international comparison. **Journal of Policy Modeling**, n. 37, v. 1, p. 136-174, 2015. DOI: 10.1016/j.jpolmod.2015.01.010

BOLÍVAR, M. P. R.; PÉREZ, C. C.; HERNÁNDEZ, A. M. L. E-Government and Public Financial Reporting The Case of Spanish Regional Governments. **The American Review of Public Administration**, v. 37, n. 2, p. 142-177, 2007. DOI: 10.1177/0275074006293193

BROADBENT, T. A. A. George Boole (1815-1864). **The Mathematical Gazette**, v. 48, n. 366, p. 373-378, 1964. DOI: 10.2307/3611693

BRYANT, J.; OLIVER, M. B. **Media effects: Advances in theory and research**. London: Routledge, 2009.

CAMPOS, A. M. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de administração pública**, v. 24, n. 2, p.30-50, 1990.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2014. *Revistas Qualis*. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 26/11/2015.

CASTRO, D. P. D. **Auditoria, contabilidade e controle interno no Setor Público**. São Paulo, Atlas, 2010.

CHOW, C. W.; HARRISON, P. D. Identifying meaningful and significant topics for research and publication: a sharing of experiences and insights by ‘influential’ accounting authors. **Journal of Accounting Education**, v. 20, n.3, p.183-203, 2002. DOI: 10.1016/S0748-5751(02)00008-8

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 12 ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

CRESWELL; J.W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativos e misto**. (2. Ed). Porto Alegre: Artmed, 2007.

ENSSILN, S. R.; ENSSILN, L.; BORGERT, A.; KREMER, A. W.; CHAVES, L.C. Comportamentos dos custos: seleção de referencial teórico e análise bibliométrica. **Revista de**

Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 19, n. 3, p. 2-25, 2014.
DOI: 10.12979/8619

FAVORETO, R. L.; AMÂNCIO-VIEIRA, S. F.; SHIMADA, A. T. A produção intelectual em RBV: uma incursão bibliométrica nos principais periódicos nacionais. **REBRAE-Revista Brasileira de Estratégia**, v. 7, n. 1, p. 37-55, 2014. DOI: 10.7213/rebrae.07.001.AO03

FERENHOF, H. A.; VIGNOCHI, L.; SELIG, P. M.; LEZANA, Á. G. R.; CAMPOS, L. M. Environmental management systems in small and medium-sized enterprises: an analysis and systematic review. **Journal of Cleaner Production**, v. 74, n. 5, p. 44-53, 2014. DOI: 10.1016/j.jclepro.2014.03.027

GIABIAGI, F.; ALÉM, A. C. D. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. (4. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2017.

GUEDES, V. L.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 6., 2005. **Anais... CINFORM, 2005**. Disponível em: <http://www.cinform-anteriores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 28/11/2015.

HWANG, J.; AKDEDE, S. H. The influence of governance on public sector efficiency: A cross-country analysis. **The Social Science Journal**, v. 48, n. 4, p. 735-738, 2011. DOI: 10.1016/j.soscij.2011.04.002

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Governança corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 20/10/2015.

JOHANSON, J. E Business in metropolis: local governance of for-profit organisations in Finland. **Public Organization Review**, v. 6, n. 1, p. 57-77, 2006. DOI: 10.1007/s11115-006-6832-1

KICKERT, W. J. Public governance in The Netherlands: an alternative to Anglo-American ‘managerialism’. **Public Administration**, v. 7, n. 4, p. 731-752, 1997. DOI: 10.1111/1467-9299.00084

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006. DOI: 10.1590/S0034-76122006000300008

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da informação**, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. DOI: 10.1590/S0100-19652006000200010

LEITE FILHO, G. A. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2006.

LOPES, A. P. V. B. V.; CARVALHO, M. M. D. 2012. Evolução da literatura de inovação em relações de cooperação: um estudo bibliométrico num período de vinte anos. **Gestão & Produção**, v. 19, n. 1, p. 203-217, 2012. DOI: 10.1590/S0104-530X2012000100014

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998. DOI: 10.1590/S0100-19651998000200005

- MALDONADO, M. U.; SILVA SANTOS, J. L.; SANTOS, R. N. M. Inovação e Conhecimento Organizacional: um mapeamento bibliométrico das publicações científicas até 2009. In: Encontro da ANPAD, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** ENANPAD, 2010.
- MARQUES, M. D. C. D. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 11-26, 2007. DOI: 10.1590/S1415-65552007000200002
- MARTINS; G. A.; THEÓPHILO; C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. (3. Ed). São Paulo: Atlas, 2016.
- MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p.109-134, 2010.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: Foco na Política Fiscal, no Planejamento e Orçamento Público**. (6. Ed.). São Paulo: Atlas, 2012.
- MORAN; M.; PORTER, D. Reinventing the Governance of Public Finances in Remote Indigenous Australia. **Australian Journal of Public Administration**, v. 73, n. 1, p. 115-127, 2014. DOI: 10.1111/1467-8500.12064
- MUSGRAVE, R. A. Et, ot and sbt. **Journal of Public Economics**, v. 6, n. 1, p. 3-16, 1976.
- MUTIGANDA, J. C. Budgetary governance and accountability in public sector organisations: an institutional and critical realism approach. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 24, n. 7, p. 518-531, 2013. DOI: 10.1016/j.cpa.2013.08.003
- OECD – Organization for European Cooperation and Development. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 22/10/2015.
- PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009. DOI: 10.1590/S0034-76122009000600006
- REUTER, T. Web of science. *Thomson Reuters*. Disponível em: <<http://thomsonreuters.com/en.html>>. Acesso em: 10/11/2015.
- RONCONI, L. Governança pública: um desafio à democracia. **Emancipação**, n. 11, n. 1, p. 21-34, 2011. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.11i1.0002
- ROSSONI, L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Organizational Institutionalism and Corporate Governance. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, p. 173-198, 2010. DOI: 10.1590/S1415-65552010000600008
- SAES, S. G. **Estudo bibliométrico das publicações em economia da saúde, no Brasil, 1989-1998**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.
- SCOPUS. Disponível <http://www.scopus.com>. Acesso em: 23/11/2015.
- SOUZA, F. J. V.; BARROS, C. C.; ARAÚJO, F. R.; SILVA, M. C. Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 94-113, 2013.
- STREHL, L. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 1, p. 19-27, 2005. DOI: 10.1590/S0100-19652005000100003
- TASCA, F.; GORTON, L.; KUJAWA, M.; PATEL, I.; HARREITHER, W.; PETERBAUER,
-

C. K.; NÖLL, G. Increasing the coulombic efficiency of glucose biofuel cell anodes by combination of redox enzymes. **Biosensors and Bioelectronics**, v. 25, n. 7, p. 1710-1716, 2010. DOI: 10.1016/j.bios.2009.12.017

TIMMERS, H. Government Governance: Corporate governance in the public sector, why and how. In FEE PUBLIC SECTOR CONFERENCE, 9, 2000. **Anais...** FEE PUBLIC SECTOR CONFERENCE, 2000.

TREINTA, F. T.; FARIA FILHO, J. R.; SANT'ANNA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, v. 24, n. 3, p. 508-520, 2014. DOI: 10.1590/S0103-65132013005000078

VIANA, E. **A governança corporativa no setor público municipal: um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais**. 121 p. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

WELP, Y., URGELL, F.; AIBAR, E. From bureaucratic administration to network administration? An empirical study on e-government focus on Catalonia. **Public Organization Review**, v. 7, n. 4, p. 299-316, 2007. DOI: 10.1007/s11115-007-0038-z

WINER, S. L.; HETTICH, W. Structure and coherence in the political economy of public finance. In: WITTMAN, D. A.; WEINGAST, B. R. **The Oxford handbook of political economy**, p. 441-463, 2006.

* Uma versão preprint do artigo foi apresentado no XVI USP International Conference in Accounting, 2016.